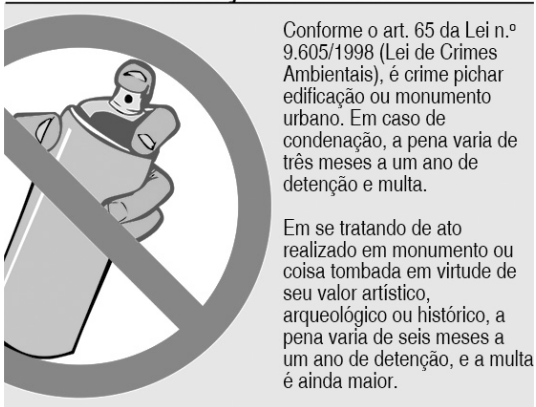


- Cada um dos itens da(s) prova(s) objetiva(s) está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da(s) sua(s) prova(s) objetiva(s).
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova(s) poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PICHAÇÃO É CRIME!



Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário.



Internet: <www.meu-cantinho2014.blogspot.com> (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Seriam mantidas a correção gramatical e as ideias originais do texto se o último período do texto — “Não constitui crime (...) consentida pelo proprietário” — fosse reescrito da seguinte forma: Quando consentida pelo proprietário a *grafitagem*, que se faz por meio de manifestação artística com vistas a valorizar o patrimônio, seja ele público ou privado, não é crime.
- 2 No texto, predomina a tipologia instrucional, uma vez que seu propósito comunicativo é conscientizar o leitor acerca do que são pichação e *grafitagem*, a fim de convencê-lo a não cometer crimes.
- 3 Observa-se uma polarização de ideias no texto: de um lado, o produtor do texto apresenta uma opinião negativa acerca da pichação; do outro, uma visão positiva acerca da “prática de grafite”.
- 4 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados se, no período “Conforme o art. 65 (...) monumento urbano”, o trecho “é crime pichar edificação ou monumento urbano” fosse reescrito da seguinte forma: pichar edificação ou monumento urbano é crime.
- 5 Justifica-se o emprego de vírgula após as palavras “condenação” (primeiro parágrafo) e “histórico” (segundo parágrafo) com base na mesma regra de pontuação.

Texto CB3A1-I

1 As consequências da extinção de línguas são diversas e irreparáveis. O desaparecimento de línguas tem impacto imediato na perda de diversidade cultural.

4 O desconhecimento da diversidade linguística por grande parte da população brasileira é sustentado pela representação de uma suposta unidade da língua portuguesa, ou seja, pela ideia de que a língua portuguesa é a única língua falada no país. Essa falta de conhecimento e de valorização leva, por conseguinte, à marginalização e à discriminação de grupos falantes de outras línguas.

10 A construção de uma política específica para a diversidade linguística constitui uma iniciativa que busca a valorização da diversidade linguística do país. Atuar para a sustentabilidade da diversidade linguística, entretanto, exige a articulação de produção de conhecimento sobre as línguas existentes no território nacional e de valorização e promoção dessas línguas.

13 As línguas faladas por grupos sociais minoritários requerem atenção especial de uma política de salvaguarda da diversidade linguística, pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade linguística. Tal situação decorre não só do fato de essas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos, mas também da falta de conhecimento sobre elas. Colocar no mapa as centenas de línguas ainda ocultadas pela representação majoritária de um país com uma única língua talvez seja o caminho mais significativo para o reconhecimento das línguas como patrimônio cultural.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL**: patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: IPHAN, 2016, p. 23-4 (com adaptações).

Com relação às ideias e à tipologia do texto CB3A1-I, julgue os itens que seguem.

- 6 O texto foi construído com o uso de elementos que caracterizam a tipologia argumentativa.
- 7 Conforme o texto, a ideia de um Brasil monolíngue tem consequência negativa para o reconhecimento da verdadeira realidade linguística do país.
- 8 O autor do texto defende que a extinção de línguas é resultado de vários fatores, entre eles a ausência de políticas voltadas à diversidade linguística e o desconhecimento dessa diversidade.
- 9 Conforme o texto, o sucesso de uma política voltada à sustentabilidade da diversidade linguística depende da sua potencialidade de unificar o conhecimento sobre as línguas existentes no Brasil, com o propósito de valorizá-las e promovê-las.
- 10 O texto aponta que a vulnerabilidade das línguas faladas por grupos sociais minoritários relaciona-se ao número de falantes dessas línguas e ao grau de conhecimento que se tem acerca delas.

11 Depreende-se do texto que uma política voltada para a diversidade linguística garante a valorização dessa diversidade a partir de ações de desconstrução da suposta riqueza expressiva do português e de conscientização da população acerca da realidade linguística do país.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB3A1-I, julgue os itens seguintes.

- 12 No texto, o adjetivo “diversas” (ℓ.2) foi empregado com o sentido de **variadas**.
- 13 A locução “por conseguinte” (ℓ.9) introduz no período uma ideia de oposição e equivale à conjunção **entretanto**.
- 14 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a partícula “se”, em “pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade linguística” (ℓ. 20 e 21), fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “encontram”, da seguinte forma: encontram-se.
- 15 Seriam mantidas a correção gramatical e as ideias originais do texto se o período “Tal situação decorre (...) de conhecimento sobre elas” (ℓ. 21 a 24) fosse reescrito da seguinte forma: Essa situação não apenas decorre do fato dessas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos, mas também pela ausência de conhecimento sobre elas.
- 16 No texto, a expressão “Colocar no mapa” (ℓ.24) pode ser entendida tanto como **Mapear geograficamente** quanto como **Trazer ao conhecimento público**.

Texto CB3A1-II

1 A construção da ideia de patrimônio cultural se deu no bojo de dois processos históricos muito importantes para o Ocidente: a constituição dos Estados-nações europeus e a instituição da história como um campo específico de conhecimento. Não é difícil entender essa relação íntima entre eles. Para unificar populações, culturas, territórios, foi preciso elaborar a própria ideia de nação, que se fundamenta em alguns elementos estruturantes: um conjunto de pessoas que partilha uma cultura, uma língua, uma origem comum, uma única identidade. Nesse contexto, a história foi um poderoso elemento de legitimação dessa ideia de nação, pois era preciso buscar suas origens no passado, evidenciando a continuidade, o caráter e a força do povo que a constituía.

16 A concepção do passado como “herança da nação” está dada como fundamento mesmo da possibilidade de futuro — e, nesse sentido, é necessário preservá-lo, garantir a existência de seus vestígios e sinais, para usufruto das gerações que virão. O Estado, como poder legítimo instituído, que zela pelo bem da coletividade, torna-se o principal agente nesse processo de guarda da memória. Com isso, voltamos à ideia de patrimônio: tudo aquilo que “restou” do passado, que constitui vestígio das experiências vividas e do potencial de criação de um povo, pode vir a se tornar patrimônio da nação.

Mônia Silvestrin. *Tratando de conceitos*. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional*. Brasília: IPHAN, 2014, p. 21-2 (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto CB3A1-II,

- 17 o Estado destaca-se como protagonista na tarefa de guarda da memória de uma nação.
- 18 por ter unificado pessoas, culturas e territórios a partir de um ideal de nação, a história, entendida como área do conhecimento, tornou-se o elemento garantidor da legitimidade dos Estados-nações.
- 19 é possível que um elemento caracterizado como resquício do passado e como testemunho das experiências e da capacidade criativa de um povo venha a ser tratado como patrimônio da nação.

20 a ideia de patrimônio cultural surgiu inicialmente na Europa, como resposta à criação dos Estados-nações e à definição da história como área do saber.

Julgue os seguintes itens, a respeito de aspectos linguísticos do texto CB3A1-II.

- 21 O sinal de dois-pontos na linha 9 e o travessão na linha 17 foram empregados com a mesma finalidade: introduzir uma enumeração que fornece detalhes acerca do conceito de “nação” explorado no texto.
- 22 As formas pronominais “suas”, em “suas origens” (ℓ.13), e “a”, em “que a constituía” (ℓ.14), remetem ao mesmo referente: “ideia de nação” (ℓ.12).
- 23 A substituição da forma verbal “partilha” (ℓ.9) por **partilham** preservaria a correção gramatical do texto.
- 24 Na linha 18, o termo “de seus vestígios e sinais” qualifica o substantivo “existência”.
- 25 O emprego do sinal indicativo de crase em “à ideia de patrimônio” (ℓ.22) é facultativo, razão por que a supressão desse sinal manteria o sentido original do texto e sua correção gramatical.

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e no Decreto-lei n.º 25/1937, julgue os itens seguintes.

- 26 O decreto-lei em apreço limita-se a organizar a proteção do patrimônio artístico material nacional.
- 27 A CF considera como patrimônio cultural brasileiro os bens imateriais e materiais que portem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Julgue os itens a seguir com base nas Leis n.º 3.924/1961 e n.º 11.483/2007.

- 28 Embora deva receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), o IPHAN não pode utilizar recursos captados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) para preservar e difundir a Memória Ferroviária.
- 29 Tidas como vestígios de atividades de paleoameríndios, as inscrições rupestres são consideradas pela legislação pertinente como monumentos arqueológicos ou pré-históricos.

À luz dos Decretos n.º 3.551/2000 e n.º 9.238/2017, julgue os itens que se seguem.

- 30 Têm legitimidade para provocar a instauração do processo de registro de bens culturais os entes públicos, sendo vedado esse papel à sociedade e às associações civis.
- 31 Embora deva promover a formação de pessoal qualificado para a gestão, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural, o IPHAN não tem competência para elaborar diretrizes e normas para a preservação do patrimônio cultural, por ser esta uma competência do Poder Legislativo.
- 32 Entre os livros de registro de bens culturais elencados pelo Decreto n.º 3.551/2000 está o Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas de determinada comunidade.

Julgue os próximos itens à luz das portarias do IPHAN.

- 33** Portaria do IPHAN que trata sobre educação patrimonial estabelece diretrizes de preservação do patrimônio material no âmbito do IPHAN e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- 34** **Situação hipotética:** Determinada empreiteira construiu um prédio que reduziu parcialmente a visibilidade de uma edificação tombada pelo IPHAN. **Assertiva:** Nessa situação, de acordo com portaria do IPHAN, a construtora não estará sujeita a multa, tendo em vista que a prévia autorização desse órgão para a construção do prédio seria exigida somente se a visibilidade da edificação tombada fosse totalmente comprometida.
- 35** Estará sujeito a multa o proprietário de bem imóvel tombado que transferir esse bem para outra pessoa física sem observar o direito de preferência da União, do estado e(ou) do município, conforme o caso.
- 36** **Situação hipotética:** Ao realizar uma reforma em edificação tombada pelo IPHAN, a moradora mudou o estilo arquitetônico original do imóvel sem consultar o referido instituto. **Assertiva:** Nessa situação, conforme portaria do IPHAN, a ação modificadora seria possível; porém, por consistir em uma intervenção, só poderia ter sido levada a efeito mediante prévia autorização do citado órgão.
- 37** Segundo portaria pertinente do IPHAN, entendem-se como restauração os serviços que restabeleçam a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções.
- 38** O requerimento de chancela da paisagem cultural brasileira poderá ser dirigido para o presidente do IPHAN, para o ministro de Estado da Cultura ou para superintendências regionais do IPHAN.

Com base na Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (CPPMCN) e na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (CSPCI), julgue os seguintes itens.

- 39** A CSPCI estabelece a constituição de um fundo fiduciário para a promoção dos objetivos de seu comitê.
- 40** A CPPMCN considera como patrimônio cultural natural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse.

No que se refere aos princípios e normas da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 41** As fundações são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para desempenhar de forma descentralizada atividade típica de Estado.
- 42** É facultado às empresas públicas e às sociedades de economia mista adotar quaisquer formatos jurídicos empresariais, como, por exemplo, o de sociedade anônima ou o de sociedade cooperativa.
- 43** As entidades da administração indireta têm legitimidade ativa para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos, homogêneos e coletivos.

À luz da Lei n.º 8.112/1990, da Lei n.º 12.527/2011 e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens subsecutivos.

- 44** Em regra, a publicidade do ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade; por isso, a sua omissão enseja comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- 45** Servidor ocupante de cargo em comissão não poderá ser nomeado para outro cargo de confiança, nem mesmo interinamente.
- 46** Segundo dispositivo da Lei n.º 12.527/2011, informação classificada como sigilosa deve ficar restrita a pessoa devidamente credenciada que tenha necessidade de conhecê-la.

Julgue os próximos itens, referentes à gestão de pessoas.

- 47** Motivação e equilíbrio emocional estão relacionados com as formas e os meios que a organização utiliza para oferecer condições para que seus empregados sintam-se felizes e satisfeitos.
- 48** A remuneração por competência está relacionada com o grau de informação e o nível de capacitação de cada pessoa.

Com referência à gestão de processos, julgue os itens subsequentes.

- 49** Na organização gerida por processos, as tarefas são executadas sob rígida supervisão hierárquica.
- 50** Na fase da normatização da melhoria dos processos, são elaboradas as normas, os fluxos e a documentação de apoio, de modo a propiciar a operacionalidade dos processos.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da arqueologia da ocupação do homem nas Américas, julgue os itens a seguir.

- 51** Sabe-se que, ao menos, desde 13.000 AP há assentamentos humanos desde a América do Norte até o sul da América do Sul. Datas anteriores existem e são cada vez mais comuns nas publicações, mas a sua associação com contextos arqueológicos bem definidos ainda é alvo de controvérsias.
- 52** Os sítios arqueológicos da Serra da Capivara, no Piauí, e de Santa Elina, no Mato Grosso, são comumente referenciados como os mais antigos assentamentos do território brasileiro, porém o caráter arqueológico das datações mais recuadas desses sítios, permanece sob intenso debate, uma vez que não há contextos arqueológicos seguramente pleistocênicos nesses locais.
- 53** O termo paleoíndio é utilizado para denominar os primeiros habitantes do continente americano que, via de regra, dependiam da caça de animais de grande porte para o sustento de suas comunidades.

Programada para ser construída em um dos principais rios da bacia amazônica, uma usina hidroelétrica causará o deslocamento de centenas de pessoas que residem em uma área que será inundada pelo seu reservatório. São famílias que, há muitas gerações, sepultam seus familiares falecidos em um cemitério que existe naquela área e que também será inundado. Foi-lhes proposto o deslocamento dos restos mortais para outros locais, mas a população não autorizou essa ação.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, a respeito do papel do gestor do patrimônio arqueológico e a necessidade de postura ética frente ao impasse retratado.

- 54** O gestor deve determinar a imediata remoção dos restos mortais, ainda que à revelia do direito das famílias afetadas sobre tais remanescentes, em prol do bem maior representado pela produção de energia elétrica para o país.
- 55** Se exauridas todas as possibilidades de negociação aventadas para um acordo amigável entre as partes, a gestão patrimonial deverá se posicionar a favor das famílias locais e, por consequência, pela proteção ao patrimônio arqueológico em risco.
- 56** Para uma tomada de decisão ética acerca da construção da usina, será necessário averiguar se haverá impactos positivos do empreendimento para a população a ser afetada pela inundação da área e se a ausência de alternativa viável torna imperativa a implantação da usina nesse local para a manutenção de níveis seguros de produção de energia elétrica para o país.

Segundo a política predominante no Brasil até a década de 1980, as Unidades de Conservação criadas deveriam retirar as ocupações humanas da área demarcada, a fim de evitar que a interferência das pessoas levasse a uma descaracterização do ambiente selecionado para proteção integral.

Com relação ao movimento subsequente, que levou à criação, a partir de 1990, de diversas reservas que permitem o uso voltado ao chamado desenvolvimento sustentável, julgue os itens que se seguem.

- 57** Os territórios contidos nas unidades de conservação, sem a presença das comunidades que tradicionalmente os ocupavam, passam por um processo de desestruturação da malha de significados dos lugares, de maneira que ocorrem alterações em suas paisagens arqueológicas, que vinham sendo construídas, muitas vezes, há milênios.
- 58** Hoje, sabe-se que há situações em que, quando retiram-se as ocupações humanas tradicionais de uma determinada área, a biodiversidade cai devido à ausência de um elo fundamental na cadeia que promove a dinâmica de sua manutenção.

A respeito da gestão de processos no âmbito da arqueologia preventiva em empreendimentos, julgue os itens subsecutivos.

- 59** Nas obras de um empreendimento de baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizado em áreas alteradas e não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados, não há necessidade de qualquer avaliação arqueológica prévia, ficando os seus responsáveis obrigados a comunicar ao IPHAN, apenas caso encontrem — e sejam capazes de detectar — contextos culturais no local.
- 60** Sítios arqueológicos localizados em áreas diretamente afetadas por empreendimentos devem ser resgatados, mesmo que seja viável a sua preservação *in situ*, devido ao risco de perda de informações arqueológicas relevantes.
- 61** Somente será aceito como arqueólogo coordenador ou como arqueólogo coordenador de campo o profissional que não possuir em seu nome pendências injustificadas em relação à apresentação de relatórios de outros projetos ou programas anteriores.

A respeito da arqueologia dos sambaquis da costa brasileira, julgue os próximos itens.

- 62** Sambaquis, sítios monumentais que se destacam nos ambientes litorâneos em que estão implantados, representam não apenas espaços habitacionais, mas também lugares onde eram desenvolvidas atividades específicas, inseridos em sistemas de assentamento regionais pouco conhecidos, com raros outros tipos de sítios identificados.
- 63** Na região Sudeste, os sambaquis registrados com datação mais antiga estão nos sítios do Vale do Rio Ribeira do Iguape (cerca de 9.000 AP), onde os sambaquis predominantemente formados pela acumulação de restos de gastrópodes têm sequências estratigráficas assemelhadas a sítios costeiros que, normalmente, são muito mais recentes, com datações entre 6.000 AP e 3.000 AP.
- 64** Em geral, os sambaquis são capeados por depósitos cerâmicos compostos predominantemente por terras pretas e estruturalmente semelhantes aos depósitos em que predomina o material malacológico.
- 65** A alta densidade de material faunístico nos sambaquis tem levado à interpretação de que eles constituíram acampamentos temporários para sociedades de caçadores/coletores cuja dieta era altamente dependente da coleta de moluscos, não havendo sinais da prática da agricultura.

- 66** As escavações sistemáticas em sambaquis começaram somente na década de 60 do século passado, quando programas de pesquisa franceses e norte-americanos iniciaram, isoladamente, investigações pioneiras nesses lugares.
- 67** Em contraposição a interpretações anteriores, dados zooarqueológicos obtidos a partir de 1990 mostram que a dieta das comunidades sambaquieiras era baseada na pesca intensiva com redes em baías e lagoas e complementada pela coleta de alimentos nos manguezais.

Durante o I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico, promovido pelo IPHAN em 2007 na cidade de Manaus/AM, ficou definido que, para a gestão do patrimônio arqueológico, o conceito de terra indígena abrange tanto aquelas terras administrativamente demarcadas pelo governo brasileiro, aquelas de alguma forma reconhecidas e assumidas pelos outros países da América do Sul, como as áreas consideradas tradicionais pelas populações indígenas, demarcadas ou não, em especial seus locais de significância simbólica/sagrada/cultural.

Considerando essas informações e acerca das pesquisas arqueológicas em terras indígenas tradicionais, julgue os itens seguintes.

- 68** Os projetos, necessariamente, devem ser executados sob as diretrizes de uma arqueologia colaborativa.
- 69** As comunidades indígenas devem ser as principais beneficiadas pelas pesquisas: povos e comunidades tradicionais devem ter primazia na definição dos métodos e na apropriação dos resultados obtidos por pesquisas arqueológicas em suas terras, cabendo ao Estado somente garantir que os materiais coletados fiquem à disposição para acesso pelos interessados, o mais próximo possível de seus locais de origem.
- 70** Em relação ao licenciamento ambiental de empreendimentos em terras indígenas, as consultas devem preceder quaisquer atividades ligadas ao desenvolvimento dos projetos e devem garantir aos indígenas a possibilidade de decidirem pela inviabilidade das obras.
- 71** Análises específicas da presença, na área de impacto dos empreendimentos, de locais ou paisagens de significado simbólico/sagrado para sociedades indígenas devem estar exclusivamente à cargo dos projetos sob gestão da FUNAI.
- 72** Projetos voltados especificamente ao patrimônio arqueológico devem limitar-se aos vestígios materiais de ocupação humana pretérita encontrados nos sítios arqueológicos, de maneira que a gestão seja voltada para as características de redundância *versus* de relevância dos achados, para se garantir que os contextos sejam amostrados adequadamente.
- 73** Comprovar a continuidade histórica entre o registro etnográfico e o arqueológico pode ser irrelevante para as pessoas que usufruem do patrimônio arqueológico, uma vez que o conteúdo simbólico que os vestígios do passado possuem no presente é o que normalmente define as relações entre os sítios arqueológicos e as ocupações tradicionais de um determinado território.

Julgue os próximos itens de acordo com a legislação brasileira vigente aplicada à arqueologia.

- 74** As coisas e os bens de interesse arqueológico resgatados de afundamentos em águas sob jurisdição nacional deverão permanecer no domínio da União.
- 75** A Resolução CONAMA n.º 1/1986 estabelece que o estudo de impacto ambiental de um empreendimento deve conter o diagnóstico ambiental da área de influência desse empreendimento, considerando-se, entre os aspectos socioeconômicos, os sítios e monumentos arqueológicos.
- 76** Um arqueólogo deve acompanhar pessoalmente a execução de um empreendimento classificado como de baixa ou média interferência sobre as condições vigentes do solo que permitam medidas preventivas em campo.
- 77** Na hipótese de um empreendimento provocar danos a bens culturais acautelados, cabe ao IPHAN, no âmbito do licenciamento ambiental, determinar as medidas de controle e de mitigação dos danos a serem adotadas pelo proprietário do empreendimento.
- 78** Os estudos necessários à elaboração de processo de licenciamento ambiental, no que se refere às pesquisas arqueológicas, são de responsabilidade exclusiva dos funcionários do IPHAN devidamente habilitados, conforme dispõe a Resolução CONAMA n.º 237/1997.

Com base no que dispõem as portarias do IPHAN, julgue os itens que se seguem.

- 79** As instituições de guarda e pesquisa devidamente cadastradas como tal têm competência para autorizar e fiscalizar os trabalhos dos arqueólogos em campo.
- 80** O pedido de permissão para pesquisa e escavação arqueológica é privativo de pessoa jurídica.
- 81** O pesquisador, ao preencher a ficha de registro de sítio arqueológico por ele descoberto, pode atribuir ao sítio um nome de sua escolha.
- 82** A movimentação de bens arqueológicos dentro do território nacional é normatizada por portaria do IPHAN.

Acerca de sítios e coleções arqueológicas, julgue os itens subsequentes.

- 83** Os sítios arqueológicos com vestígios de atividades puramente econômicas e de sobrevivência são denominados de sítios cerimoniais.
- 84** Recomenda-se que os materiais arqueológicos sejam reunidos em museus e coleções centrais ou regionais, a fim de se facilitarem pesquisas comparativas.
- 85** A metodologia do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) consistia em coletas superficiais para identificação de sítios arqueológicos.

A respeito de datação relativa, julgue o item a seguir.

- 86** As datações relativas, assim denominadas por apresentarem margem de erro, são as obtidas por processos físico-químicos disponíveis aos arqueólogos desde a década de 1950.

Com referência ao tratamento de material arqueológico em laboratórios, julgue os seguintes itens.

- 87** De acordo com as recomendações do IPHAN para conservação de bens arqueológicos móveis, o acervo deve receber números de inventários que não identifiquem o sítio arqueológico de onde foram resgatados.
- 88** Artefatos líticos que apresentam resíduos que caracterizem seu uso não devem ser higienizados por lavagem.
- 89** Bens arqueológicos provenientes de meios úmidos devem ser expostos ao sol para secagem antes de serem transportados para laboratório.
- 90** Bens arqueológicos fragmentados poderão ser colados, desde que se utilizem materiais e técnicas reversíveis que não comprometam a análise e a conservação desses bens.

Acerca dos sistemas de informação e classificação do patrimônio arqueológico, julgue os itens subsequentes.

- 91** O Cadastro de Bem Arqueológico Móvel constitui um inventário dos bens arqueológicos móveis existentes em diversas instituições do país.
- 92** O acesso ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, que reúne informações sobre os sítios arqueológicos brasileiros, é restrito a arqueólogos e funcionários do IPHAN.

Com relação à responsabilidade social do arqueólogo, julgue os próximos itens.

- 93** O principal objetivo das audiências públicas arqueológicas é informar a população sobre as decisões previamente tomadas por empresas no âmbito do licenciamento ambiental.
- 94** A arqueologia preventiva é conceituada como um conjunto de técnicas e padrões éticos de conservação e restauração de bens arqueológicos adotado em ambiente de laboratório.
- 95** O termo arqueologia pública surgiu nos Estados Unidos da América na década de 70 do século passado com a obra de Charles McGimsey, que demonstrou a importância social da atuação do arqueólogo.

Acerca do tráfico de bens arqueológicos, julgue os itens subsequentes, à luz da legislação brasileira que trata desse assunto.

- 96** Objeto de interesse arqueológico encontrado em território brasileiro poderá ser vendido para o exterior desde que haja autorização expressa da Casa Civil e da Presidência da República.
- 97** Em âmbito internacional, um bem cultural obtido mediante escavações ilícitas só será considerado furtado se assim prever o ordenamento jurídico do Estado onde as referidas escavações tenham ocorrido.

A respeito de princípios fundamentais do direito ambiental, julgue os itens subsequentes.

- 98** A obrigação de o predador indenizar os danos causados por ele ao meio ambiente está amparada no princípio do poluidor pagador.
- 99** O princípio do usuário pagador estabelece que quem utiliza o recurso ambiental deve suportar os custos advindos dessa prática.
- 100** Na linha da harmonização entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, a Constituição Federal de 1988 estabelece a defesa do meio ambiente e permite tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- 101** De acordo com a Constituição Federal de 1988, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida, por isso consiste em bem de uso especial do povo.
- 102** A realização de obras de engenharia destinadas ao uso comercial deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, em razão do princípio da precaução.

Acerca do licenciamento ambiental e do poder de polícia ambiental, julgue os itens seguintes.

- 103** Para emissão do licenciamento ambiental, o órgão ambiental competente poderá avaliar a localização do empreendimento potencialmente poluidor, mas não poderá adentrar nas suas instalações, porque tal conduta extrapola o poder de polícia cabível a essa autoridade.
- 104** A fabricação e a montagem de veículos rodoviários serão sujeitas ao licenciamento ambiental caso haja laudo técnico oficial que ateste risco de degradação ambiental.
- 105** Para a definição da sanção decorrente de conduta infracional contra o meio ambiente, deverão ser considerados a gravidade dos fatos e os antecedentes do infrator, sendo vedada como critério a situação econômica deste.
- 106** O poder de polícia ambiental é efetivado por meio do auto de infração, que contera a imposição das medidas elencadas na legislação.
- 107** É lícita a cumulação de advertência com aplicação de multa para uma mesma conduta infracional contra o meio ambiente.

No que se refere à responsabilidade ambiental, ao dano ambiental e à sua reparação, julgue os itens a seguir.

- 108** Por entender que o dano ambiental afeta uma pluralidade difusa de vítimas, a legislação brasileira o considera a partir de dois prismas: o da vítima imediata e o da vítima mediata.
- 109** Em relação à lesividade ou à extensão, o dano ambiental pode ser patrimonial ou extrapatrimonial.
- 110** Para a responsabilização por dano ambiental, é necessária a existência da ação lesiva, do dano, do nexo com a fonte poluidora ou degradadora e da prova de culpa do agente.
- 111** A legislação brasileira conceitua como dano ambiental qualquer alteração adversa das características do meio ambiente.

A respeito do estudo de impacto ambiental (EIA), das áreas de preservação permanente e das unidades de conservação, julgue os próximos itens.

- 112** O EIA tem como objetivo analisar a viabilidade de determinada atividade e apresentar alternativas para minimizar impactos negativos ao meio ambiente.
- 113** A alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente é considerada impacto ambiental somente se tiver afetado a biota.
- 114** O licenciamento de aterros sanitários estaduais depende de elaboração de estudo de impacto ambiental, que deve ser submetido ao IBAMA e, supletivamente, aos estados.
- 115** O EIA constitui um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e possui natureza jurídica de instituto constitucional.
- 116** Assegurar o bem-estar da população humana é uma das funções das áreas de preservação permanente.
- 117** É vedada a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, ainda que se trate de hipótese de utilidade pública.
- 118** As unidades de conservação, consistentes no espaço territorial e seus recursos ambientais, são legalmente instituídas pelo poder público, sob regime especial de administração.
- 119** Caso seja constatada a supressão de vegetação de área de preservação permanente situada em imóvel rural alienado, a obrigação de promover a recomposição da vegetação será transmitida ao comprador do imóvel.
- 120** A criação de uma unidade de conservação será precedida de estudos técnicos, exigindo-se a realização de consulta pública apenas se a área estiver ocupada por população indígena.
-

Espaço livre
